

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	15
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA	24
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	25
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	25
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	27
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	28
13. INVESTIMENTOS	32
14. IMOBILIZADO.....	44
15. INTANGÍVEIS.....	47
16. FORNECEDORES.....	48
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	48
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	49
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	53
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	54
21. PROVISÕES.....	54
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	61
23. RECEITA	61
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	63
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	65
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	65
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	69
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	75
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	78
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	80
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	81
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	83
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	270.697	427.827	180.781	361.252
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	335.921	424.046	128.097	273.885
Consumidores e Revendedores	7	823.797	724.939	751.206	676.851
Concessionários - Transporte de Energia	7	52.329	36.690	52.382	36.690
Ativo Financeiro da Concessão	12	239.544	332.763	17.088	13.233
Tributos Compensáveis	8	56.005	55.493	55.879	55.486
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	149.288	176.464	149.288	176.464
Dividendos a Receber		17.125	11.893	39.797	34.566
Estoques		3.696	4.401	3.696	4.401
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		12.737	16.618	12.737	16.618
Créditos junto à Eletrobrás	19	13.208	48.379	13.208	48.379
Outros Créditos		84.993	90.658	87.375	100.950
TOTAL DO CIRCULANTE		2.059.340	2.350.171	1.491.534	1.798.775
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	10.552	13.038	3.738	8.268
Tributos Compensáveis	8	15.331	14.870	15.331	14.870
Depósitos Vinculados a Litígios	11	234.583	229.294	234.583	229.294
Transações com Partes Relacionadas		78.631	74.630	78.631	74.630
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		47.744	46.305	47.744	46.305
Adiantamento a Fornecedores	26	239.725	229.053	239.725	229.053
Ativos de Concessões de Geração	4	1.005.763	206.566	1.005.763	206.566
Outros Créditos		67.400	67.384	67.220	67.332
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.006.786	4.755.137	2.951.586	2.820.902
Investimentos	13	5.380.762	5.291.892	7.973.643	7.773.818
Imobilizado	14	2.257.788	3.170.152	2.255.995	3.168.380
Intangíveis	15	34.489	35.752	34.489	35.752
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.379.554	14.134.073	14.908.448	14.675.170
TOTAL DO ATIVO		16.438.894	16.484.244	16.399.982	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	1.469.274	1.410.782	1.469.274	1.410.782
Debêntures	18	1.485.433	1.845.411	1.494.494	1.853.013
Fornecedores	16	360.655	377.038	354.680	372.704
Imposto de Renda e Contribuição Social		32.579	6.072	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17	82.041	136.777	74.201	132.863
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		605.000	605.000	605.000	605.000
Salários e Encargos Sociais		48.949	52.557	48.949	52.554
Encargos Regulatórios	19	73.818	69.955	72.039	67.377
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		7.482	3.306	7.482	3.306
Obrigações Pós-Emprego	20	45.400	45.377	45.400	45.377
Concessões a Pagar		3.006	2.977	3.006	2.977
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	303.248	181.200	303.248	181.200
Outras Obrigações		17.815	89.448	17.827	88.146
TOTAL DO CIRCULANTE		4.534.700	4.825.900	4.495.600	4.815.299
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	754.044	752.930	754.044	752.930
Debêntures	18	4.501.352	4.624.548	4.504.681	4.626.860
Provisões	21	111.558	105.296	111.558	105.296
Obrigações Pós-Emprego	20	871.850	861.084	871.850	861.084
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	280.089	286.174	278.905	285.529
Encargos Regulatórios	19	136.953	128.068	135.037	126.742
Concessões a Pagar		18.975	19.026	18.975	19.026
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	243.109	196.173	243.109	196.173
Outras Obrigações		640	618	599	579
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.019.803	7.075.150	7.019.991	7.075.452
TOTAL DO PASSIVO		11.554.503	11.901.050	11.515.591	11.890.751
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	22	1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.475.548	2.474.659	2.475.548	2.474.659
Ajustes de Avaliação Patrimonial		280.748	270.825	280.748	270.825
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	-	100.000	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		190.385	-	190.385	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.884.391	4.583.194	4.884.391	4.583.194
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.438.894	16.484.244	16.399.982	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
RECEITA	23	1.674.283	1.517.693	1.401.062
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(734.282)	(731.804)	(660.318)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(81.936)	(74.377)	(73.976)
		(816.218)	(806.181)	(734.294)
CUSTO	24			
Pessoal e Administradores		(66.164)	(63.181)	(79.844)
Materiais		(1.550)	(1.159)	(887)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(39)	(39)	(18)
Serviços de Terceiros		(11.094)	(8.879)	(19.279)
Depreciação e Amortização		(39.788)	(39.780)	(44.463)
Provisões (Reversões) Operacionais		(8.631)	(8.631)	(12.646)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(2.920)	(2.920)	(6.688)
Outros Custos Operacionais		(8.225)	(7.332)	(455)
		(138.411)	(131.921)	(164.280)
CUSTO TOTAL		(954.629)	(938.102)	(898.574)
LUCRO BRUTO		719.654	579.591	502.488
DESPESA OPERACIONAL	24			
Despesas (Reversões) com Vendas		-	-	298
Despesas Gerais e Administrativas		(50.486)	(50.486)	(47.064)
Outras Despesas Operacionais		(75.411)	(75.323)	(37.952)
		(125.897)	(125.809)	(84.718)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(25.224)	85.731	(150.174)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		568.533	539.513	267.596
Receitas Financeiras	25	44.578	36.300	42.637
Despesas Financeiras	25	(339.892)	(339.828)	(332.506)
Resultado antes dos Impostos		273.219	235.985	(22.273)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(94.314)	(57.619)	(44.262)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	6.085	6.624	5.238
RESULTADO DO PERÍODO		184.990	184.990	(61.297)
Resultado Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,0639	0,0639	(0,0212)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
RESULTADO DO PERÍODO	184.990	184.990	(61.297)
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	16.207	16.207	(14.433)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado			
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	201.197	201.197	(75.820)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.837.710	-	2.485.879	360.223	-	4.683.812
Resultado do período	-	-	-	-	(61.297)	(61.297)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(61.297)	(61.297)
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(14.433)	-	(14.433)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(90)	-	(90)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(14.523)	(61.297)	(75.820)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	1.372	-	(1.372)	-
Realização de Reserva de Ajustes de avaliação patrimonial – Custo Atribuído	-	-	-	(4.261)	4.261	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	1.837.710	-	2.487.251	341.439	(58.408)	4.607.992
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Resultado do período	-	-	-	-	184.990	184.990
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	184.990	184.990
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	16.207	-	16.207
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	16.207	184.990	201.197
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	889	-	(889)	-
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(6.284)	6.284	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 (apntado)	1.837.710	100.000	2.475.548	280.748	190.385	4.884.391

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício	184.990	184.990	(61.297)
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	41.174	41.166	46.959
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	6.758	6.685	5.402
Equivalência Patrimonial	25.224	(85.731)	150.174
Juros e Variações Monetárias	161.048	240.554	173.177
Imposto de Renda e Contribuição Social	88.229	50.995	39.024
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	55.566	55.566	21.839
Obrigações Pós-Emprego	24.448	24.448	25.063
	<u>587.437</u>	<u>518.673</u>	<u>400.341</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e Revendedores	(98.858)	(74.355)	374.944
Tributos Compensáveis	(973)	(854)	(7.041)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	27.176	27.176	(36.084)
Transporte de Energia	(15.639)	(15.692)	2.712
Depósito Judiciais	(2.778)	(2.778)	(2.870)
Ativo Financeiro	56.940	1.325	(1.366.506)
Adiantamento a Fornecedores	696	696	88.807
Outros	45.205	53.243	6.956
	<u>11.769</u>	<u>(11.239)</u>	<u>(939.082)</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	(16.383)	(18.024)	(12.511)
Tributos e Contribuição Social	(54.736)	(58.662)	(54.402)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(27.200)	(26.531)	35.326
Salários e Contribuições Sociais	(3.608)	(3.605)	(1.208)
Encargos Regulatórios	12.748	12.957	11.512
Obrigações Pós-Emprego	(13.659)	(13.659)	(13.558)
Participação nos Lucros	4.176	4.176	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	109.487	109.487	-
Outros	(15.309)	(13.996)	(34.292)
	<u>(4.484)</u>	<u>(7.857)</u>	<u>(69.133)</u>
Caixa Gerado nas Operações	594.722	499.577	(607.874)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(40.607)	(31.088)	(79.588)
Juros Pagos	(261.313)	(261.313)	(173.485)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>292.802</u>	<u>207.176</u>	<u>(860.947)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Investimentos - Aporte	(162.191)	(162.191)	(479.506)
No Imobilizado	(3.525)	(3.423)	(2.692)
No Intangível	(11)	(11)	(212)
Em Títulos e Valores Mobiliários	98.524	160.707	1.668.880
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(67.203)</u>	<u>(4.918)</u>	<u>1.186.470</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos Obtidos	-	-	1.965
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	(166.096)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(482.729)	(482.729)	(3.863)
Aumento de Capital	100.000	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(382.729)	(382.729)	(167.994)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(157.130)	(180.471)	157.529
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	427.827	361.252	283.703
No fim do exercício	270.697	180.781	441.232
	(157.130)	(180.471)	157.529

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			
	31/03/2017		31/03/2017		31/03/2016	
RECEITAS						
Venda de Energia e Serviços	1.927.656		1.827.020		1.641.433	
Receita de Construção	2.920		2.920		6.688	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	79.506		-		80.766	
Investimentos em Imobilizado	3.424		3.424		2.584	
Receita de Indenização da Transmissão	65.830		65.830		31.244	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-		-		298	
	<u>2.079.336</u>		<u>1.899.194</u>		<u>1.763.013</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(802.318)		(799.587)		(726.402)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(89.526)		(81.353)		(81.477)	
Serviços de Terceiros	(27.889)		(25.672)		(25.914)	
Materiais	(7.574)		(7.183)		(20.982)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(43)		(43)		(20)	
Concessão Onerosa	(752)		(752)		(634)	
Outros Custos Operacionais	(67.872)		(67.102)		(35.692)	
	<u>(995.974)</u>		<u>(981.692)</u>		<u>(891.121)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.083.362		917.502		871.892	
RETENÇÕES						
Depreciação e Amortização	(41.174)		(41.166)		(46.959)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.042.188		876.336		824.933	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25.224)		85.731		(150.174)	
Receitas Financeiras	44.578		36.300		42.637	
	<u>19.354</u>		<u>122.031</u>		<u>(107.537)</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.061.542		998.367		717.396	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		
Empregados	104.235	9,82	101.252	10,14	101.539	14,15
Remuneração direta	70.088	6,60	67.105	6,72	69.403	9,67
Benefícios	29.284	2,76	29.284	2,93	26.875	3,75
FGTS	4.863	0,46	4.863	0,49	5.261	0,73
Impostos, Taxas e Contribuições	427.148	40,24	367.160	36,78	338.832	47,23
Federais	290.174	27,34	236.442	23,68	209.487	29,20
Estaduais	136.414	12,85	130.158	13,04	128.502	17,91
Municipais	560	0,05	560	0,06	843	0,12
Remuneração de Capitais de Terceiros	345.169	32,52	344.965	34,55	338.322	47,16
Juros	339.892	32,02	339.828	34,04	332.506	46,35
Aluguéis	5.277	0,50	5.137	0,51	5.816	0,81
Remuneração de Capitais Próprios	184.990	17,42	184.990	18,53	(61.297)	(8,54)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	184.990	17,42	184.990	18,53	(61.297)	(8,54)
	<u>1.061.542</u>	<u>100,00</u>	<u>998.367</u>	<u>100,00</u>	<u>717.396</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 63 usinas, sendo 58 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 7.776 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de março de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig GT excedeu o ativo circulante consolidado em R\$2.475.360. Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$2.954.707 e R\$5.255.396, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$292.802 no primeiro trimestre de 2017.

O Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$3.004.066. Em 31 de março de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig GT controladora totalizaram R\$2.963.768 e R\$5.258.725, respectivamente. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos

patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo no valor de R\$207.176 no primeiro trimestre de 2017 e negativo de R\$860.947 no mesmo período de 2016.

O volume substancial de dívida da Cemig GT poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig GT está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a CEMIG GT está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.
- A Cemig GT está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Companhia deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator

externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig GT deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig GT dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig GT possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim.

Apesar da Cemig GT estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os

patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 15 de maio de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no trimestre findo em 31 de março de 2017 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	31/03/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	22	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
32	30	Transações Não Envolvendo Caixa
33	31	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas, conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no contrato de concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito,

o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará sob as bases iniciais do Contrato

de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Até 21 de março de 2017, data de revogação da liminar, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina Jaguará, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

Em 31 de março de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$169.822, foi transferido do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 158/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Jaguará, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) da usina, no montante de R\$36.635 por ano, será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial da usina.

Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou

que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Considerando a situação atual da discussão judicial, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$206.566 em 31 de março de 2017, do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Até 29 de março de 2017, data de revogação da liminar, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina Miranda, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas.

Em 31 de março de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão, no valor contábil de R\$629.375, foi transferido do ativo imobilizado para rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda está em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 157/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Miranda, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) da usina, no montante de R\$29.645 por ano, será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial da usina.

Processo Administrativo

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE's de Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;

II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997,

a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	1.715	2.862	1.085	2.811
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	151.711	269.538	137.472	259.869
Overnight	116.223	155.427	41.176	98.572
Outros	1.048	-	1.048	-
	268.982	424.965	179.696	358.441
	270.697	427.827	180.781	361.252

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 12,14% (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de

liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	24.764	26.967	17.583	21.931
Letras Financeiras – Bancos	244.156	311.814	86.500	197.752
Letras Financeiras do Tesouro	65.615	81.063	23.246	51.410
Debêntures	11.510	16.892	4.078	10.713
Outros	428	348	428	347
	346.473	437.084	131.835	282.153
Ativo Circulante	335.921	424.046	128.097	273.885
Ativo Não Circulante	10.552	13.038	3.738	8.268

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% em 31 de março de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 100,5% a 113% do CDI em 31 de março de 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,4% do CDI em 31 de março de 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
				31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Industrial	262.209	34.883	53.255	350.347	337.693	313.022	337.693
Comércio, Serviços e Outras	30.545	569	224	31.338	25.317	31.338	25.317
Suprimento a Outras Concessionárias	267.820	10.288	8.844	286.952	365.467	251.685	317.379
Concessionários – Transp. de Energia	44.529	2.938	4.861	52.328	36.690	52.382	36.690
Câmara Comerc. En. Elétrica CCEE	151.200	7.902	168	159.270	571	159.270	571
Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	(4.109)	(4.109)	(4.109)	(4.109)	(4.109)
	756.303	56.580	63.243	876.126	761.629	803.588	713.541
Ativo Circulante				876.126	761.629	803.588	713.541
Consumidores e Revendedores				823.797	724.939	751.206	676.851
Concessionários – Transp. Energia				52.329	36.690	52.382	36.690

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	4.244
Reversão de Provisão	-	(298)
Saldo em 31 de março de 2016	-	3.946
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109	4.109
Constituição/Reversão de Provisão	-	-
Saldo em 31 de março de 2017	4.109	4.109

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia, com determinados clientes, tendo recebido os montantes de R\$181.200 e R\$137.484, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e de 1º de julho a 31 de dezembro de 2017, respectivamente. O saldo devedor, em 31 de março de 2017, é de R\$303.248, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200	181.200
Adição	141.875	141.875
Realização	(32.388)	(32.388)
Atualização Financeira	12.561	12.561
Saldo em 31 de março de 2017	303.248	303.248

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	43.049	43.575	42.923	43.569
COFINS	3.356	695	3.356	695
PASEP	695	3.356	695	3.356
Outros	8.905	7.867	8.905	7.866
	56.005	55.493	55.879	55.486
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	14.438	13.869	14.438	13.869
COFINS	740	172	740	172
PASEP	153	829	153	829
	15.331	14.870	15.331	14.870
	71.336	70.363	71.210	70.356

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 31 de março 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	96.924	118.500	96.924	118.500
Contribuição Social	52.364	57.964	52.364	57.964
	149.288	176.464	149.288	176.464

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	252.463	247.771	252.463	247.771
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.397	1.397	1.397	1.397
Provisões	376.266	361.814	376.266	361.814
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.309	25.308	25.309	25.308
Concessão Onerosa	8.308	8.262	8.308	8.262
Outros	3.150	1.734	3.150	1.734
	666.893	646.286	666.893	646.286
PASSIVO				
Custo Atribuído	(241.978)	(245.214)	(241.978)	(245.214)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(539.277)	(516.895)	(539.277)	(516.895)
Custo Aquisição Participações Societárias	(143.421)	(145.572)	(143.421)	(145.572)
Tributos s/ Rendas de Aplicação Financeira não Resgatada	(1.184)	-	-	-
Outros	(21.122)	(24.779)	(21.122)	(24.134)
	(946.982)	(932.460)	(945.798)	(931.815)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(280.089)	(286.174)	(278.905)	(285.529)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	6.085	6.624
Saldo em 31 de março de 2017	(280.089)	(278.905)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	273.219		235.985	(22.273)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(92.894)		(80.235)	7.573
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	1.657		1.657	3.078
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.060)		27.664	(48.908)
Multas Indedutíveis	(56)		(56)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(212)		(38)	(311)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	13.313		-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-		-	(447)
Outros	23		13	(9)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(88.229)		(50.995)	(39.024)
Imposto Corrente	(94.314)		(57.619)	(44.262)
Imposto Diferido	6.085		6.624	5.238
	(88.229)		(50.995)	(39.024)
Alíquota Efetiva	32,29%		21,61%	175,21%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	59.828	57.192	59.828	57.192
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	14.345	14.099	14.345	14.099
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233	101.233
Outros	47.916	45.877	47.916	45.877
	163.494	161.209	163.494	161.209
Outros				
Bloqueio Judicial	184	120	184	120
Regulatórios	3.313	3.213	3.313	3.213
Outros	7.764	7.560	7.764	7.560
	11.261	10.893	11.261	10.893
	234.583	229.294	234.583	229.294

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Transmissão - Indenização a Receber	1.871.060	1.805.230	1.871.060	1.805.230
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	480.738	482.281	480.738	482.281
Geração – indenização a receber	616.876	546.624	616.876	546.624
Geração – Bonificação de outorga	2.277.656	2.253.765	-	-
	5.246.330	5.087.900	2.968.674	2.834.135
Circulante	239.544	332.763	17.088	13.233
Não Circulante	5.006.786	4.755.137	2.951.586	2.820.902

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	546.424	1.501.441	2.047.865
Adição	-	-	-	-	6.688	6.688
Adição - Bonificação Outorga	-	-	-	2.223.041	-	2.223.041
Atualização Financeira bonificação da outorga	-	-	-	105.598	31.244	136.842
Recebimentos	-	-	-	(83.966)	(3.534)	(87.500)
Saldo em 31 de março de 2016	-	-	-	2.791.097	1.535.839	4.326.936
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.388	2.287.512	5.087.900	546.625	2.287.510	2.834.135
Adição	-	2.920	2.920	-	2.920	2.920
Atualização Financeira	79.506	65.830	145.336	-	65.830	65.830
Recebimentos	(55.615)	(4.245)	(59.860)	-	(4.245)	(4.245)
Baixas	-	(218)	(218)	-	(218)	(218)
Transferência para Ativo Financeiro da Concessão - Indenização Usina não Renovada UHE Volta Grande	70.252	-	70.252	70.252	-	70.252
Saldo em 31 de março de 2017	2.894.531	2.351.799	5.246.330	616.877	2.351.797	2.968.674

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização de transmissão

A companhia apurou os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	979.010
Total Indenização	1.871.060

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento.

Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não indenizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876, em 31 de março de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, conforme descrito a seguir:

Bonificação por outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE’s, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.283.197	42.718	(29.881)	1.296.034
Cemig Geração Salto Grande S.A.	402.639	13.472	(9.424)	406.687
Cemig Geração Itutinga S.A.	149.904	5.728	(4.006)	151.626
Cemig Geração Camargos S.A.	112.447	4.264	(2.983)	113.728
Cemig Geração Sul S.A.	146.553	5.999	(4.197)	148.355
Cemig Geração Leste S.A.	99.315	4.556	(3.187)	100.684
Cemig Geração Oeste S.A.	59.710	2.769	(1.937)	60.542
Total	2.253.765	79.506	(55.615)	2.277.656

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Quanto à Usina de Volta Grande a Portaria MME nº79, de 2 de março de 2017, estabeleceu o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, pelo regime de cotas, ao qual a Companhia tem direito por operar e manter a usina, em caráter temporário a partir de 24 de fevereiro de 2017.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	51.016	50.411	51.016	50.411
Guanhães Energia	11.449	-	11.449	-
Hidrelétrica Pipoca	32.509	31.809	32.509	31.809
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	620.815	643.890	620.815	643.890
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	657.116	677.182	657.116	677.182
Lightger	43.256	41.543	43.256	41.543
Baguari Energia	168.422	162.106	168.422	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	62.392	63.307	62.392	63.307
Central Eólica Volta do Rio	79.021	81.228	79.021	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	58.278	59.586	58.278	59.586
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	556.804	527.498	556.804	527.498
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	834.893	781.022	834.893	781.022
Aliança Geração	1.342.207	1.319.055	1.342.207	1.319.055
Retiro Baixo	165.217	161.848	165.217	161.848
Renova	694.585	688.625	694.585	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	2.782	2.782	2.782
Cemig Baguari	-	-	54	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.448.890	1.399.282
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	457.125	440.148
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	178.661	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	134.659	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	176.094	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	122.915	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	74.483	69.375
Total do Investimento	5.380.762	5.291.892	7.973.643	7.773.818
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	(59.071)
Total	5.380.762	5.232.821	7.973.643	7.714.747

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora 31/12/2015	Amortização	Controladora 31/03/2016	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 31/03/2017
Renova	805.458	(10.692)	794.766	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(296)	30.410	29.525	(296)	29.229
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(400)	20.468	19.341	(382)	18.959
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(253)	14.565	13.807	(252)	13.555
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(513)	28.948	27.406	(514)	26.892
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(1.489)	161.807	157.340	(1.489)	155.851
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(493)	57.996	56.518	(493)	56.025
	1.123.096	(14.136)	1.108.960	303.937	(3.426)	300.511

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/03/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	72.030	-	-	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	45.039	-	-	-	834.893
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	27.122	-	-	-	556.804
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
Renova	688.625	(28.246)	18.000	-	16.207	(1)	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Total do Investimento	5.291.892	(25.224)	162.191	(5.232)	16.207	(59.072)	5.380.762
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	(25.224)	162.191	(5.232)	16.207	(1)	5.380.762

(1) Transferência para passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/03/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	72.030	-	-	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	45.039	-	-	-	834.893
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	27.122	-	-	-	556.804
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
Renova	688.625	(28.246)	18.000	-	16.207	(1)	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	55	(1)	-	-	-	-	54
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	49.608	-	-	-	-	1.448.890
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	16.977	-	-	-	-	457.125
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	10.699	-	-	-	-	178.661
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	8.664	-	-	-	-	134.659
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	10.961	-	-	-	-	176.094
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	8.939	-	-	-	-	122.915
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	5.108	-	-	-	-	74.483
Total do Investimento	7.773.818	85.731	162.191	(5.232)	16.207	(59.072)	7.973.643
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	85.731	162.191	(5.232)	16.207	(1)	7.973.643

(1) Transferência para passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	outros	31/03/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	3.056	-	(1.555)	-	-	42.345
Guanhães Energia	18.444	(10.618)	-	-	-	-	7.826
Hidrelétrica Pipoca	26.237	1.440	-	-	-	1	27.678
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(14.520)	39.000	-	-	1	700.464
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(13.177)	40.139	-	-	(2.681)	727.684
Baguari Energia	187.227	9.400	-	-	-	1	196.628
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	(400)	-	(25)	-	1	62.621
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.956)	-	(34)	-	-	82.111
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(984)	-	(46)	-	-	61.041
Lightger	37.455	1.541	-	-	-	-	38.996
Amazônia Energia	495.768	(546)	123.737	-	-	-	618.959
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(5.997)	76.630	-	-	-	424.917
Aliança Geração	1.327.246	23.668	-	-	-	-	1.350.914
Retiro Baixo	147.905	11.487	-	-	-	-	159.392
Renova	1.527.435	(151.568)	200.000	-	(14.523)	-	1.561.344
	5.752.448	(150.174)	479.506	(1.660)	(14.523)	(2.677)	6.062.920

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	104.114	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	185.647.000	49,00	185.647	27.627	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	66.345	49,00	41.360	64.916
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.189.079	18,13	10.151.952	6.418.617
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	242.718	69,39	186.573	247.662
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.639	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	133.604	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	64.053	49,00	52.960	65.128
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	88.278	49,00	79.232	84.781
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.069.385	1.021.998	49,00	1.014.111	1.076.527
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (1)	1.176.194.023	74,50	1.176.194	1.120.662	74,50	1.115.739	1.048.351
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.038.029	45,00	1.291.488	1.972.519
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	272.521	49,90	222.850	263.680
Renova	360.815.313	34,15	2.916.012	1.925.357	34,15	2.856.255	1.955.598
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.678	49,00	5.677	5.677
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	54	100,00	1	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.448.890	100,00	1.291.423	1.410.411
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	457.125	100,00	405.268	443.914
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	178.661	100,00	151.309	169.812
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	134.659	100,00	113.499	127.320
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	176.094	100,00	148.147	167.155
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	122.915	100,00	100.569	115.795
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	74.483	100,00	60.595	70.137

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 31 de março de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue:

Guanhães Energia: Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.947.293, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa.

Renova Energia: No período findo em 31 de março de 2017, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R\$95.698 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$388.045 (controladora) e R\$1.670.180 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: a) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; b) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; c) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; d) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores até 31 de março de 2017 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e e) perdas decorrentes da operação com a Terraform.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Companhia:

- (1) Em 18 de abril de 2017, a Renova assinou contrato para a venda dos parques do LER 2010 e LEN 2011 (A-3), no valor de R\$600.000. Quando concretizada essa operação, a dívida relativa aos parques do Complexo Alto Sertão II, que em 31 de março de 2017 monta o valor de R\$1.134.759, será transferida na transação com a AES Tietê, e a Companhia receberá um caixa de aproximadamente R\$480.000 líquido das garantias contratuais e outras;
- (2) Venda das ações da Terraform.
- (3) Está sendo realizada uma reestruturação relevante dos gastos administrativos e redução da estrutura administrativa e operacional da Companhia;
- (4) Os acionistas do bloco de controle estão empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez. Dentre as medidas já implementadas estão: i) o aporte pelos acionistas no montante de R\$392.199 (R\$62.197, em 2017 e R\$330.002, em 2016); e ii) desde dezembro de 2015, a acionista CEMIG GT vem antecipando recursos que totalizam R\$272.000 relacionados a contrato de compra e venda de energia, sendo R\$60.000 em dezembro de 2015 e R\$212.000 em 2016. Ademais, em 26 de fevereiro de 2016 os acionistas assinaram o Contrato de Suporte de Acionistas, no qual os acionistas do bloco de controle se obrigam a aportar recursos na Renova caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento das parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures com o Banco do Brasil nas respectivas datas de pagamento;
- (5) Contratação de financiamento de longo prazo com o BNDES - a Renova está em entendimentos para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte

tomado e registrado no passivo circulante até 31 de março de 2017 no montante de R\$858.800 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87%(informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;

- (6) Adiamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa da Renova, como a postergação de 2/3 do projeto Light II e o cancelamento do PPA Cemig.
- (7) Pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida no montante de R\$500.000 para o passivo não circulante.

Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A administração da Aliança já está em processo adiantado de negociação com instituições financeiras para realizar a rolagem desta dívida, cabe ressaltar que a capacidade de alavancagem da Aliança é muito superior ao montante que está por vencer.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.277.931 em 31 de março de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de março de 2017, R\$22.100.331 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõem a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção

foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$243.109, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Variação do Valor Justo	9.491	9.491
Saldo em 31 de março de 2016	157.105	157.105
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Ajuste a Valor Justo	46.936	46.936
Saldo em 31 de março de 2017	243.109	243.109

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,41% a 11,41% ao ano e volatilidade entre 12% e 72% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$204.887 e R\$321.912, respectivamente.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2017 é de R\$145.992.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis Intermediárias.

Investimento na Renova

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabeleceu, também, opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito. Com base nessa avaliação, foi reconhecido um prejuízo de R\$216.875 no 1º trimestre de 2016 na Renova. O impacto na Cemig GT foi de R\$59.315, correspondente à sua participação na Renova na época.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison

A Renova entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Investimento na Terraform – precificação das ações

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do

momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

A Renova registrou uma perda no 1º trimestre de 2016, no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, investida em que a Renova possui 11,42% de participação avaliada com base no valor das ações no mercado. No 1º trimestre de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$47.458 (R\$16.207 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de US\$ 10,00 milhões. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig GT).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no quarto trimestre de 2016, no valor de R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig GT), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig GT tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R\$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado quarto trimestre do exercício de 2016.

Alienação de Parques Eólicos

Em 13 de janeiro de 2017, a Renova acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$600 milhões e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700 milhões a título de *earn-out*, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões ficarão retidos em conta vinculada (*escrow account*) e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

O valor total de aquisição de R\$650 milhões anunciado em janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$600 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em conta vinculada de R\$50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”). O fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Renova no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

Investimento na Guanhães Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização

Em 31 de dezembro de 2016, em função da análise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhães Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R\$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R\$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhães, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial no quarto trimestre de 2016.

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.356.509	(4.193.181)	2.163.328	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(7.496)	213.244	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.049.037	(1.920.447)	1.128.590	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.024.356	(727.910)	296.446	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e Equipamentos	2.020.282	(1.501.997)	518.285	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(24.770)	3.942	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e Utensílios	13.382	(10.561)	2.821	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	94.460	-	94.460	116.371	-	116.371
Ativos em Formação	94.460	-	94.460	116.371	-	116.371
Imobilizado Líquido	6.450.969	(4.193.181)	2.257.788	10.871.463	(7.701.311)	3.170.152

	Controladora					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.355.146	(4.193.173)	2.161.973	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(7.496)	213.244	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.049.037	(1.920.447)	1.128.590	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.024.356	(727.910)	296.446	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e Equipamentos	2.018.919	(1.501.989)	516.930	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(24.770)	3.942	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e Utensílios	13.382	(10.561)	2.821	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	94.022	-	94.022	114.599	-	114.599
Ativos em Formação	94.022	-	94.022	114.599	-	114.599
Imobilizado Líquido	6.449.168	(4.193.173)	2.255.995	10.869.691	(7.701.311)	3.168.380

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/03/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	23.471	(4.816)	(39.869)	2.163.328
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	76	213.244
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	303	(20.793)	1.128.590
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	229	-	(4.260)	296.446
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	23.242	(5.119)	(14.529)	518.285
Veículos	4.225	-	-	-	-	(283)	3.942
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(80)	2.821
Em Curso	116.371	3.525	(130)	(23.471)	(1.835)	-	94.460
Imobilizado Líquido	3.170.152	3.525	(869.369)	-	(6.651)	(39.869)	2.257.788

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguara e Miranda, (maiores detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande.

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/03/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	22.108	(4.816)	(39.861)	2.161.973
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	76	213.244
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	303	(20.793)	1.128.590
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	229	-	(4.260)	296.446
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	21.879	(5.119)	(14.521)	516.930
Veículos	4.225	-	-	-	-	(283)	3.942
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(80)	2.821
Em Curso	114.599	3.423	(130)	(22.108)	(1.762)	-	94.022
Imobilizado Líquido	3.168.380	3.423	(869.369)	-	(6.578)	(39.861)	2.255.995

(1) Valores transferidos para o ativo realizável a longo prazo, rubrica Ativos de Concessão de Geração. Maiores detalhes na nota explicativa nº 4.

Controladora	Saldo em 31/12/2015	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2016
Em Serviço						
Terrenos	274.064	-	-	-	(737)	273.327
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	-	-	(22.550)	1.627.880
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	385.042	-	1.664	-	(5.288)	381.418
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	5.711	(1)	(16.563)	809.108
Veículos	8.075	-	(1.518)	-	(652)	5.905
Móveis e Utensílios	3.936	-	(783)	-	(59)	3.094
	3.140.593	-	5.074	(1)	(45.849)	3.099.817
Em Curso	167.083	2.692	(5.074)	(5.322)	-	158.464
Imobilizado Líquido	3.307.676	2.692	-	(5.323)	(45.849)	3.259.196

A taxa de depreciação média anual é de 3,39%.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor

elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo o consórcio, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e em fevereiro de 2017 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Mais informações nas notas explicativas nº 12 e 15.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo, na rubrica Ativos de Concessões de Geração, os saldos contábeis remanescentes das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, onde existe a discussão judicial sobre a renovação das usinas com o Governo Federal. Mais informações na nota explicativa nº 4.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(83.833)	(81.911)
Total em operação			133.228	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	233	233
Total em construção			233	233

15. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Consolidado e Controladora 31/03/2017			Consolidado e Controladora 31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	88.321	(62.434)	25.887	88.214	(61.682)	26.532
Servidão	11.451	(1.315)	10.136	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(10.742)	8.427	19.169	(10.572)	8.597
Outros	57.701	(50.377)	7.324	57.594	(49.795)	7.799
Em Curso	8.602	-	8.602	9.220	-	9.220
Ativos em formação	8.602	-	8.602	9.220	-	9.220
Intangível Líquido	96.923	(62.434)	34.489	97.434	(61.682)	35.752

Movimentação do Ativo Intangível

Controladora Consolidado e	31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara/Miranda	Capitalização/Transferência	Baixa	Amortização	31/03/2017
Em Serviço	26.532	-	(80)	614	-	(1.179)	25.887
Servidão	10.136	-	-	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(170)	8.427
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(1.009)	7.324
Em Curso	9.220	11	-	(614)	(15)	-	8.602
Ativos em formação	9.220	11	-	(614)	(15)	-	8.602
Total	35.752	11	(80)	-	(15)	(1.179)	34.489

Controladora	31/12/2015	Adição	Capitalização/Transferência	Amortização	31/03/2016
Em Serviço	27.834	-	1.160	(1.110)	27.884
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(169)	9.106
Outros	8.423	-	1.160	(941)	8.642
Em Curso	8.275	212	(1.160)	-	7.327
Ativos em formação	8.275	212	(1.160)	-	7.327
Total	36.109	212	-	(1.110)	35.211

A taxa de amortização média anual é de 12,08%, considerando as taxas determinadas na legislação do setor.

Os ativos intangíveis, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	334.035	328.341	329.216	327.034
Materiais e Serviços	26.620	48.697	25.464	45.670
	360.655	377.038	354.680	372.704
Circulante	360.655	377.038	354.680	372.704

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável a tese da Companhia. A Companhia aguarda a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	37.624	46.156	34.535	46.150
PASEP	6.430	6.100	5.664	5.617
COFINS	29.761	28.241	26.207	26.007
INSS	3.898	5.699	3.662	4.644
ISSQN	786	1.564	716	1.489
Outros	3.542	49.017	3.417	48.956
	82.041	136.777	74.201	132.863
Não Circulante				
PASEP	18.058	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175	83.175
	101.233	101.233	101.233	101.233
	183.274	238.010	175.434	234.096

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimen to Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 31/03/2017			Consolidado 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.601	3.743	7.344	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.601	3.743	7.344	7.416
MOEDA NACIONAL							
Bradesco S.A.	2017	128,00% do CDI	R\$	697.012	-	697.012	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	155.627	-	155.627	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	303.633	270.000	573.633	554.748
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.599	294.130	585.729	583.043
BASA	2018	CDI+1,90%	R\$	6.411	119.639	126.050	121.601
FINEP	2018	TJLP+5%eTJLP+8%	R\$	3.151	1.567	4.718	5.504
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.055	64.965	73.020	73.389
CONSORCIO PIPOCA	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				1.465.673	750.301	2.215.974	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.469.274	754.044	2.223.318	2.163.712
Debêntures							
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	142.732	140.771	283.503	293.121
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	6.743	943.120	949.863	983.506
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	760.258	700.000	1.460.258	1.411.295
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI + 1,60%	R\$	588.397	485.856	1.074.253	1.037.973
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.694	30.395	32.089	31.117
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	140,00% do CDI	R\$	(359)	2.206.366	2.206.007	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(14.032)	(5.156)	(19.188)	(27.102)
Total de Debêntures				1.485.433	4.501.352	5.986.785	6.469.959
Total Geral				2.954.707	5.255.396	8.210.103	8.633.671

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/03/2017			Controladora 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.601	3.743	7.344	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.601	3.743	7.344	7.416
MOEDA NACIONAL							
Bradesco S.A	2016	120,00% do CDI	R\$	-	-	-	554.748
Bradesco S.A	2017	128,00% do CDI	R\$	697.012	-	697.012	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	155.627	-	155.627	73.389
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	303.633	270.000	573.633	-
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.599	294.130	585.729	121.601
BASA	2018	CDI+1,90%	R\$	6.411	119.639	126.050	5.504
FINEP	2018	TJLP+5%eTJLP+8%	R\$	3.151	1.567	4.718	150.683
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.055	64.965	73.020	583.043
CONSORCIO PIPOCA	2017	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				1.465.673	750.301	2.215.974	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.469.274	754.044	2.223.318	2.163.712
Debêntures							
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	142.732	140.771	283.503	293.121
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	6.743	943.120	949.863	983.506
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	760.258	700.000	1.460.258	1.411.295
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI + 1,60%	R\$	588.397	485.856	1.074.253	1.037.973
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.694	30.395	32.089	31.117
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	140,00% do CDI	R\$	(359)	2.206.366	2.206.007	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(4.971)	(1.827)	(6.798)	(17.188)
Total de Debêntures				1.494.494	4.504.681	5.999.175	6.479.873
Total Geral				2.963.768	5.258.725	8.222.493	8.643.585

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	3.776	3.568	-	-	-	-	-	-	7.344
Total por Moedas	3.776	3.568	-	-	-	-	-	-	7.344
Indexadores									
IPCA (1)	10.406	140.891	155.950	326.455	311.237	320.701	-	-	1.265.640
CDI (2)	2.793.857	1.912.952	717.501	717.440	717.631	-	-	-	6.859.381
TJLP (3)	8.474	10.147	7.796	7.796	7.796	7.796	7.796	20.137	77.738
Total por Indexadores	2.812.737	2.063.990	881.247	1.051.691	1.036.664	328.497	7.796	20.137	8.202.759
Total Geral	2.816.513	2.067.558	881.247	1.051.691	1.036.664	328.497	7.796	20.137	8.210.103

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	3.776	3.568	-	-	-	-	-	-	7.344
Total por Moedas	3.776	3.568	-	-	-	-	-	-	7.344
Indexadores									
IPCA (1)	10.406	140.891	155.950	326.455	311.237	320.701	-	-	1.265.640
CDI (2)	2.802.918	1.916.281	717.501	717.440	717.631	-	-	-	6.871.771
TJLP (3)	8.474	10.147	7.796	7.796	7.796	7.796	7.796	20.137	77.738
Total por Indexadores	2.821.798	2.067.319	881.247	1.051.691	1.036.664	328.497	7.796	20.137	8.215.149
Total Geral	2.825.574	2.070.887	881.247	1.051.691	1.036.664	328.497	7.796	20.137	8.222.493

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2017	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2016	Indexador	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2017	Variação % Acumulada no 1º trimestre de 2016
Euro	(1,42)	(4,62)	IPCA	2,62	0,96
			CDI	3,25	2,98

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Variação Monetária e Cambial	15.266	15.266
Encargos Financeiros Provisionados	297.295	297.295
Encargos Financeiros Pagos	(261.313)	(261.313)
Amortização de Financiamentos	(482.729)	(482.729)
Subtotal	8.202.190	8.212.104
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.913	10.389
Saldo em 31 de março de 2017	8.210.103	8.222.493

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.739.072
Financiamentos Obtidos	1.965
Variação Monetária e Cambial	36.777
Encargos Financeiros Provisionados	264.458
Encargos Financeiros Pagos	(173.485)
Amortização de Financiamentos	(3.863)
Saldo em 31 de março de 2016	7.864.924

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a março de 2017.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	31/03/2017
Nota Promissória e Aval	5.992.033
Recebíveis	2.210.726
Sem Garantia	7.344
TOTAL	8.210.103

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

	Vcto.	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Consolidado		Controladora	
				Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/03/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografia	CDI + 0,90%	-	543.208	-	543.208
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografia	IPCA + 6,00%	283.503	293.121	283.503	293.121
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografia	IPCA + 6,20%	949.863	983.506	949.863	983.506
5ª Emissão	2018	Quirografia	CDI + 1,70%	1.460.258	1.411.295	1.460.258	1.411.295
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografia	CDI*1,60%	1.074.253	1.037.973	1.074.253	1.037.973
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografia	IPCA + 8,07%	32.089	31.117	32.089	31.117
Debêntures (1) – 1ª série							
– 7ª Emissão	2021	Quirografia	140% do CDI	2.206.007	2.196.841	2.206.007	2.196.841
(-) Fic Pampulha				(19.188)	(27.102)	(6.798)	(17.188)
TOTAL				5.986.785	6.469.959	5.999.175	6.479.873

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento – BNDES (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário – B. Brasil (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral
7ª emissão de debêntures (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB.
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

Em 31 de março de 2017, a cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento trimestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foi atendida. A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento anual foi atendida em 31 de dezembro de 2016.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo				
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	13.208	48.379	13.208	48.379
	13.208	48.379	13.208	48.379
Passivo				
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	16.932	22.316	15.941	20.535
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	20.082	7.838	20.082	7.838
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.418	1.469	1.250	1.251
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.399	7.720	6.399	7.721
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	2.979	4.057	2.551	3.659
Pesquisa e Desenvolvimento	161.353	152.472	159.437	151.146
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.608	2.151	1.416	1.969
	210.771	198.023	207.076	194.119
Ativo Circulante	13.208	48.379	13.208	48.379
Passivo Circulante	73.818	69.955	72.039	67.377
Passivo Não Circulante	136.953	128.068	135.037	126.742

- (1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	10.972	9.596	214	4.281	25.063
Contribuições Pagas	(7.012)	(5.109)	(125)	(1.312)	(13.558)
Passivo Líquido em 31 de março de 2016 (Controladora)	314.906	282.139	6.262	129.668	732.975
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	9.310	9.916	214	5.008	24.448
Contribuições Pagas	(7.395)	(5.722)	(136)	(406)	(13.659)
Passivo Líquido em 31 de março de 2017 (Consolidado e Controladora)	359.014	361.027	7.740	189.469	917.250
				31/03/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				45.400	45.377
Passivo Não Circulante				871.850	861.084

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$20.065 (R\$16.581 no primeiro trimestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação, no montante de R\$4.383 (R\$8.482 no primeiro trimestre de 2016).

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	46.286	6.154	-	(1.990)	50.450
Cíveis	364	19	-	(7)	376
Tributárias	7.145	310	-	-	7.455
Regulatórias	50	9	(4)	(10)	45
Outras	51.451	2.142	-	(361)	53.232
Total	105.296	8.634	(4)	(2.368)	111.558

Controladora	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2016
Trabalhistas	44.559	8.598	-	(1.975)	51.182
Cíveis	305	-	19	-	324
Tributárias	5.161	1.551	(67)	-	6.645
Regulatórias	2.670	377	-	(149)	2.898
Outras	25.015	2.168	-	(45)	27.138
Total	77.710	12.694	(48)	(2.169)	88.187

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$133.410 (R\$135.739 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$50.450 (R\$46.286 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$120.514 (R\$114.865 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$7.455 (R\$7.145 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$20.352 (R\$20.958 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$45 (R\$50 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$29.369 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$22.167 (R\$21.407 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$79.280 (R\$65.726 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$1.696 foram provisionados (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2016). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que

possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$61.009 (R\$60.126 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$69.849 (R\$68.403 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$250.484 (R\$244.659 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$122.573 (R\$115.057 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi

classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$53.445 (R\$52.045 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$270.618 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$187.602 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$116.271 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na

opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$74.939 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$32.136 (R\$30.839 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$18.298 (R\$17.052 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2017	31/03/2016
Quantidade de Ações	2.896.785	2.896.785
Lucro (Prejuízo) do período	184.990	(61.297)
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0639	(0,0212)

As opções de venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 13 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aumento de capital no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.570.390	1.466.718	1.536.202
Receita de Transmissão – com impostos (b)	127.060	127.272	94.483
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	79.506	-	80.766
Receita de Construção (d)	2.920	2.920	6.688
Transações com energia na CCEE (e)	220.013	218.321	4.300
Receita de Indenização da Transmissão (f)	65.830	65.830	31.244
Outras receitas operacionais	10.193	14.709	6.448
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(401.629)	(378.077)	(359.069)
	1.674.283	1.517.693	1.401.062

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora			
	31/03/2017		31/03/2017		31/03/2016	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.434.077	790.168	3.284.232	755.800	3.809.964	830.725
Comercial	495.186	123.664	495.186	123.664	164.599	41.447
Subtotal	3.929.263	913.832	3.779.418	879.464	3.974.563	872.172
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	16.237	-	(242)	-	72.400
	3.929.263	930.069	3.779.418	879.222	3.974.563	944.572
Suprim. Outras Concessionárias (2)	2.911.274	715.827	2.911.274	649.335	2.727.946	535.338
Suprimento não Faturado Líquido	-	(75.506)	-	(61.839)	-	56.292
	6.840.537	1.570.390	6.690.692	1.466.718	6.702.509	1.536.202

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é totalmente compensada pelos custos de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização da Transmissão

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$65.830 correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Tributos sobre a Receita			
ICMS	136.364	130.177	128.307
COFINS	143.492	132.081	129.748
PIS-PASEP	31.150	28.674	28.169
ISSQN	549	549	288
	311.555	291.481	286.512
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	9.379	9.379	8.078
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	27.749	27.749	8.880
PROINFA	9.663	9.663	9.842
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.231	4.681	5.518
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	5.231	4.681	5.518
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.616	2.341	2.759
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.104	3.602	4.802
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	26.101	24.500	27.160
	90.074	86.596	72.557
	401.629	378.077	359.069

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal(a)	91.345	88.362	97.462
Participação dos Empregados no Resultado	4.437	4.437	-
Obrigações Pós-Emprego	20.065	20.065	16.581
Materiais	2.522	2.131	2.210
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	39	39	18
Serviços de Terceiros (b)	26.701	24.486	35.505
Depreciação e Amortização	41.174	41.166	46.959
Provisões	55.567	55.567	21.839
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	81.936	74.377	73.976
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	734.282	731.804	660.318
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	2.920	2.920	6.688
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	19.538	18.557	21.736
	1.080.526	1.063.911	983.292

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo

com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Comunicação	579	558	846
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	3.129	2.706	2.962
Conservação e Limpeza de Prédios	4.781	4.093	7.216
Mão de Obra Contratada	1.089	1.089	779
Fretes e Passagens	398	395	329
Hospedagem e Alimentação	679	628	483
Vigilância	2.922	2.499	3.345
Consultoria	1.043	1.043	1.988
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.267	1.262	3.688
Manutenção e Conservação de Veículos	1.634	1.574	805
Energia Elétrica	1.104	1.022	1.197
Meio Ambiente	4.232	3.910	2.959
Limpeza de Faixas	145	128	477
Serviços de Reprografia	284	279	282
Serviços advocatícios e Custas Processuais	562	562	684
Outros	2.853	2.738	7.465
	26.701	24.486	35.505

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Energia de curto prazo - CCEE	14.215	11.484	10.538
Energia adquirida no Ambiente Livre	788.103	788.103	715.864
Créditos de PASEP/COFINS	(68.036)	(67.783)	(66.084)
	734.282	731.804	660.318

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal	484	484	144
Materiais	610	610	6.208
Serviços de Terceiros	1.210	1.210	335
Outros	484	484	1
	2.920	2.920	6.688

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
Arrendamentos e Aluguéis	4.975	4.835	5.707
Propaganda e Publicidade	18	18	681
Subvenções e Doações	832	150	1.245
Despesa Concessão Onerosa	752	752	634
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	212	142	754
Contribuição à CCEE	994	994	1.035
Seguros	1.078	1.078	1.048
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.597	1.597	155
FORLUS – Custeio Administrativo	1.440	1.440	1.342
Outros	7.640	7.551	9.135
	19.538	18.557	21.736

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	Controladora	
	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2016
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	22.707	14.227	19.105
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.763	2.701	3.615
Variação Monetária	2.172	2.172	11.508
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados	2.511	2.511	1.712
Ajuste a Valor Presente	-	-	344
Rendas de Antecipação de Pagamento	14.690	14.690	5.313
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(2.037)	(1.769)	(3.246)
Outras	1.772	1.768	4.286
	44.578	36.300	42.637
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(297.328)	(297.328)	(264.459)
Variação Monetária – Forluz	(4.383)	(4.383)	(8.482)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(15.338)	(15.338)	(36.195)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(380)	(380)	(1.428)
Variações Monetárias	(3.665)	(3.626)	(3.188)
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia Elétrica	(12.561)	(12.561)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	-	(17.816)
Outras	(6.237)	(6.212)	(938)
	(339.892)	(339.828)	(332.506)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(295.314)	(303.528)	(289.869)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Controladora 31/03/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Controladora 31/03/2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	-	(1.736)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	605.000	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	230	-	5.451	-	(97.189)	(90.353)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(16.424)	(8.541)
Prestação de Serviço (3)	1.462	3.673	-	-	2.505	2.291	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	10.005	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviço (3)	-	398	-	-	215	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(4.846)	(4.826)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	642	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.146	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.642	1.555	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.228	1.228	-	-	(3.567)	(4.348)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (4)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(51.504)	(30.162)
Não Circulante								
Contas a receber (5)	77.043	73.722	-	-	17.043	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	239.725	229.053	-	-	27.725	-	-	-
Central Eólica Praias Parajuru								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	406	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	20.474	17.137	3.194	3.124	49.070	27.844	(10.662)	(9.195)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	621	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	583	464	406	406	12.489	16.502	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.131	5.215	-	-	(11.391)	(9.720)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Controladora 31/03/2016	Consolidado e Controladora 31/03/2017	Controladora 31/03/2016
Outras partes relacionadas								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia (EBTE)								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	201.557	260.908	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	270.268	350.220	-	-	15.305	17.460	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(14.032)	(20.781)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	15.707	19.358	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(5.156)	(6.321)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	19.984	19.497	-	-	(9.310)	(10.972)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(1.440)	(1.342)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	3.174	3.129	-	-	(3.394)	(996)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	339.030	337.602	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	23.569	23.024	-	-	(10.130)	(9.810)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	345.198	341.471	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (4) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo. (vide Nota Explicativa nº 13);
- (5) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (6) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R\$40.000 em setembro e R\$15.000, R\$25.000 e R\$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel do edifício sede;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2017, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2017			31/12/2016		
				Cemig GT 9,13%	Demais controladas 16,64% (1)	Total (consolidado) 25,77%	Cemig GT 20,86%	Demais controladas 12,03% (1)	Total (consolidado) 32,89%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	955	1.741	2.696	2.110	1.217	3.327
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017				1.194	688	1.882
				955	1.741	2.696	3.304	1.905	5.209

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a março de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração	1.000	518
Participação nos Resultados	11	-
Benefícios Assistenciais	84	53
Total	1.095	571

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da CEMIG GT de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da CEMIG GT pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros não abarcados pela Lei de nº 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e os Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opção de Venda. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$25.991 em 31 de março de 2017 e R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$25.882 em 31 de março de 2017 e R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2.

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos mensurados a valor justo - passivo financeiro referente a opção de venda: a opção de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foi mensurada pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, a opção era calculada utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$8.210.103 (R\$8.663.671 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$8.033.731 (R\$8.301.021 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	268.982	424.965	179.696	358.441
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	346.473	437.084	131.835	282.153
Ativos Financeiros da Concessão (nota 12)	480.738	482.281	480.738	482.281
Fundos Vinculados	911	891	911	887
	1.097.104	1.345.221	793.180	1.123.762
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(6.859.381)	(7.239.433)	(6.871.771)	(7.239.433)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(77.738)	(78.893)	(77.738)	(78.893)
	(6.937.119)	(7.318.326)	(6.949.509)	(7.318.326)
Passivo Líquido Exposto	(5.840.015)	(5.973.105)	(6.156.329)	(6.194.564)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de março de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 9,00% TJLP 6,50%	Cenário SELIC 11,25% TJLP 8,13%	Cenário SELIC 13,50% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	268.982	293.190	299.242	305.295
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	346.473	377.656	385.451	393.247
Ativos Financeiros da Concessão (12)	480.738	524.004	534.821	545.638
Fundos Vinculados	911	993	1.013	1.034
	1.097.104	1.195.843	1.220.527	1.245.214
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 18)	(6.859.381)	(7.476.725)	(7.631.061)	(7.785.397)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 18)	(77.738)	(82.791)	(84.058)	(85.317)
	(6.937.119)	(7.559.516)	(7.715.119)	(7.870.714)
Passivo Líquido Exposto	(5.840.015)	(6.363.673)	(6.494.592)	(6.625.500)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(523.658)	(654.577)	(785.485)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação em 31 de março de 2017 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativos				
Bonificação de outorga - IPCA	2.277.656	2.253.765	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.871.060	1.805.230	1.871.060	1.805.230
	4.148.716	4.058.995	1.871.060	1.805.230
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.265.640)	(1.307.929)	(1.265.640)	(1.307.929)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(175.087)	(178.099)	(175.087)	(178.099)
	(1.440.727)	(1.486.028)	(1.440.727)	(1.486.028)
Ativo Líquido	2.707.989	2.572.967	430.333	319.202

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2018, a taxa IPCA será de 4,95%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	31 de março de 2017	31 de março de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,95%	Cenário IPCA 6,19%	Cenário IPCA 7,43%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA (12)	1.871.060	1.963.677	1.986.879	2.010.080
Bonificação de Outorga - IPCA	2.277.656	2.390.400	2.418.643	2.446.886
	4.148.716	4.354.077	4.405.522	4.456.966
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.265.640)	(1.328.289)	(1.343.983)	(1.359.677)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(175.087)	(183.754)	(185.925)	(188.096)
	(1.440.727)	(1.512.043)	(1.529.908)	(1.547.773)
Ativo Líquido	2.707.989	2.842.034	2.875.614	2.909.193
Efeito Líquido da Variação da inflação		134.045	167.625	201.204

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos ou pelo refinanciamento das atuais obrigações. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	353.398	7.257	-	-	-	360.655
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	226.253	798.699	2.610.176	6.526.122	39.029	10.200.279
Concessões a pagar	249	734	1.876	9.501	14.269	26.629
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.480	4.977	22.776	135.387	87.498	253.118
	582.380	811.667	2.634.828	6.671.010	140.796	10.840.681

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.109.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de março de 2017, a cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento trimestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foi atendida. A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento anual foi atendida em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 18.

b) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Total do Passivo	11.554.503	11.901.050	11.515.591	11.890.751
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6)	(270.697)	(427.827)	(180.781)	(361.252)
Passivo Líquido	11.283.806	11.473.223	11.334.810	11.529.499
Total do Patrimônio Líquido	4.884.391	4.583.194	4.884.391	4.583.194
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,31	2,50	2,32	2,52

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente

disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 31/03/2017	Valor justo em 31 de março de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	11.121	-	11.121	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	238.000	-	238.000	-
Letras Financeiras do Tesouro	65.615	65.615	-	-
Debêntures	5.746	-	5.746	-
	320.482	65.615	254.867	-
Empréstimos e Recebíveis				
Ativos de Concessões de Geração (nota 4)	1.005.763	-	-	1.005.763
Bonificação de Outorga (nota 12)	2.277.656	-	2.277.656	-
	3.603.901	65.615	2.532.523	1.005.763
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(243.109)	-	-	(243.109)
	(243.109)	-	-	(243.109)
	3.360.792	65.615	2.532.523	762.654

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

Controladora	Saldo em 31/03/2017	Valor justo em 31 de março de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	3.940	-	3.940	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	84.319	-	84.319	-
Letras Financeiras do Tesouro	23.246	23.246	-	-
Debêntures	2.036	-	2.036	-
	113.541	23.246	90.295	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(243.109)	-	-	(243.109)
	(243.109)	-	-	(243.109)
	(129.568)	23.246	90.295	(243.109)

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:

Consolidado	31 de março de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.742.168	2.696.726	16.438.894
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.380.762	-	5.380.762
ADIÇÕES AO SEGMENTO	165.727	-	165.727
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	2.920	2.920
RECEITA LÍQUIDA	1.527.647	146.636	1.674.283
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(734.282)	-	(734.282)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(81.849)	(87)	(81.936)
	(816.131)	(87)	(816.218)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(66.685)	(24.660)	(91.345)
Participação dos Empregados no Resultado	(3.025)	(1.412)	(4.437)
Obrigações Pós Emprego	(14.124)	(5.941)	(20.065)
Materiais	(1.976)	(546)	(2.522)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(39)	-	(39)
Serviços de Terceiros	(21.830)	(4.871)	(26.701)
Depreciação e Amortização	(41.174)	-	(41.174)
Provisões	(53.784)	(1.783)	(55.567)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(2.920)	(2.920)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(17.285)	(2.253)	(19.538)
	(219.922)	(44.386)	(264.308)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.036.053)	(44.473)	(1.080.526)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25.224)	-	(25.224)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	466.370	102.163	568.533
Receitas Financeiras	42.803	1.775	44.578
Despesas Financeiras	(339.225)	(667)	(339.892)
Resultado antes do IR e CSLL	169.948	103.271	273.219
Imposto de Renda e Contribuição Social	(57.699)	(30.530)	(88.229)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	112.249	72.741	184.990

Controladora	31 de março de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.036.867	1.933.491	15.970.358
INVESTIMENTO	6.062.920	-	6.062.920
ADIÇÕES AO SEGMENTO	479.718	-	479.718
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	6.688	1.447.318
RECEITA LÍQUIDA	1.294.503	106.559	1.401.062
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(660.318)	-	(660.318)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(73.888)	(88)	(73.976)
	(734.206)	(88)	(734.294)
CUSTO E DESPESAS DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(67.593)	(29.869)	(97.462)
Obrigação Pós Emprego	(11.712)	(4.869)	(16.581)
Material	(1.764)	(446)	(2.210)
Matéria – Prima e Insumos para Prod.de Energia	(18)	-	(18)
Serviços de Terceiros	(28.870)	(6.635)	(35.505)
Depreciação e Amortização	(46.959)	-	(46.959)
Provisões	(19.349)	(2.490)	(21.839)
Custo de Construção	-	(6.688)	(6.688)
Outras	(20.484)	(1.252)	(21.736)
	(196.749)	(52.249)	(248.998)
CUSTO TOTAL	(930.955)	(52.337)	(983.292)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(150.174)	-	(150.174)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	213.374	54.222	267.596
Receitas Financeiras	42.034	603	42.637
Despesas Financeiras	(330.844)	(1.662)	(332.506)
Resultado antes do IR e CSLL	(75.436)	53.163	(22.273)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.864)	(18.398)	(44.262)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.061	2.177	5.238
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(98.239)	36.942	(61.297)

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Transfências para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, e para Ativos Financeiros da Concessão, referente à Usina Volta Grande, no montante de R\$869.369.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Títulos Internacionais pela Cemig GT.

Conforme fato relevante, divulgado pela Companhia em 28 de abril de 2017, a Cemig GT está contemplando uma potencial emissão de títulos internacionais, tendo, inclusive, seu Conselho de Administração deliberado autorizá-la no valor de até US\$1 bilhão e com prazo de 7 anos, para o refinanciamento de suas obrigações financeiras, bem como o Conselho de Administração da Cemig deliberado autorizar a prestação da garantia fidejussória.

A efetiva realização da Emissão está sujeita, dentre outros fatores, às condições dos mercados de capitais nacional e internacional e à obtenção das aprovações competentes, e, se realizada, será conduzida em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

O Fato Relevante divulgado tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser (i) entendido como uma oferta ou solicitação de uma oferta para aquisição de quaisquer valores mobiliários da Companhia ou da CEMIG GT, incluindo, mas não se limitando, aos títulos a serem eventualmente emitidos no mercado internacional pela CEMIG GT no âmbito da Emissão; ou (ii) interpretado como recomendação de investimento. Caso a Emissão venha a ser realizada, qualquer decisão de compra de valores mobiliários decorrentes da Emissão deverá ser feita exclusivamente com base nas informações contidas em um *offering memorandum* que será preparado com relação à Emissão.

A Companhia manterá o mercado e seus acionistas informados sobre eventual desenvolvimento da Emissão de acordo com a regulamentação aplicável.

Alienação de Parques Eólicos pela Renova.

Dando continuidade aos fatos relevantes divulgados em 13 de janeiro e 20 de janeiro de 2017, bem como ao evento subsequente divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 11 de abril de 2017, em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do Contrato de Compra de Ações (“Contrato” ou “CCA”) do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a sua coligada, Renova Energia S.A. (“Renova”), a Renovapar S.A. e a AES Tietê Energia S.A. (“AES”), tendo como Interveniente Anuente a Nova Energia Holding S.A.. Por meio do Contrato, a AES se compromete em adquirir 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla a subholding Renova Eólica Participações S.A. que, por sua vez, detém 100% das 15 sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, pelo valor de R\$600,0 milhões (seiscentos milhões de reais) (“Transação”).

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R\$700,0 milhões (setecentos milhões de reais) a título de earn-out, sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R\$50 milhões (cinquenta milhões de reais) ficarão retidos em

escrow account e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total de aquisição de R\$ 650 milhões anunciado no Fato Relevante divulgado no dia 13 de janeiro de 2017 fazia referência ao valor de R\$ 600,0 milhões a ser pago pela aquisição, somado ao valor retido em escrow account de R\$ 50 milhões mencionado no parágrafo anterior.

O fechamento da Transação está sujeita a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

A Administração da Companhia ressalta que a Transação está alinhada com o seu novo direcionamento estratégico, que objetiva o reequilíbrio de sua estrutura de capital e a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Mais esclarecimentos sobre a operação poderão ser discutidos junto à Companhia.” A Companhia manterá seus acionistas e o mercado oportunamente e adequadamente informados sobre o andamento desse processo.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia não espera perdas na realização dos créditos a receber referente a indenização de transmissão, com maiores detalhes sobre os saldos a receber e critérios de atualização na Nota Explicativa nº 12.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado na nota explicativa nº 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e 31 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a

acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

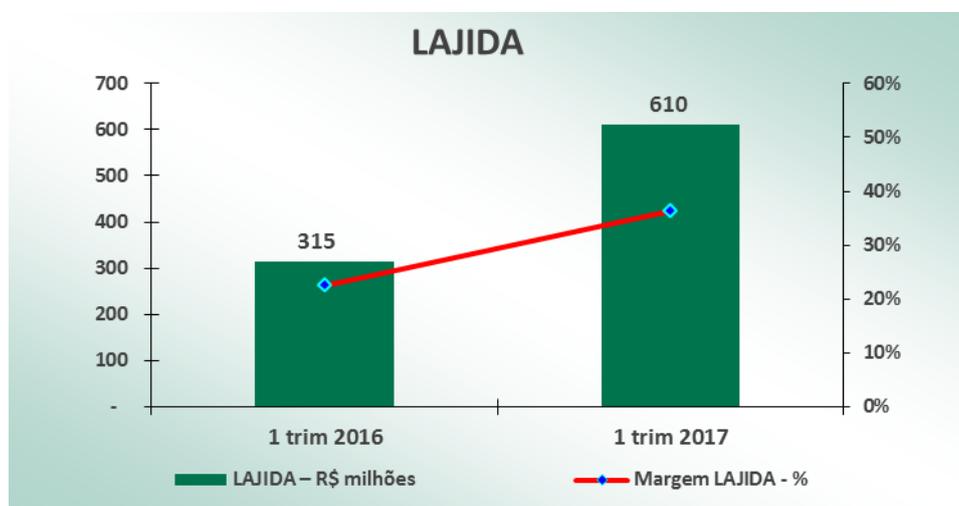
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2017, lucro de R\$184.990, em comparação ao prejuízo de R\$61.297 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2017 em comparação com mesmo período de 2016, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	31/03/2017	31/03/2016	Var%
Resultado do Período	184.990	(61.297)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	88.229	39.024	126,09
+ Resultado Financeiro Líquido	295.314	289.869	1,88
+ Amortização e Depreciação	41.174	46.959	-
= LAJIDA	609.707	314.555	93,83



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no primeiro trimestre de 2017 apresentou um crescimento de 93,83% em comparação ao mesmo período de 2016 em função, principalmente, do crescimento do resultado. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 22,45% para 36,31%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	31/03/2017			31/03/2016		
	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.434.077	790.168	230,10	3.284.232	830.725	218,04
Comercial	495.186	123.664	249,73	495.186	41.447	251,81
Subtotal	3.929.263	913.832	232,57	3.779.418	872.172	219,44
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	16.237	-	-	72.400	-
	3.929.263	930.069	-	3.779.161	944.572	-
Suprim. Outras Concessionárias	2.911.274	715.827	245,88	2.911.274	535.338	196,24
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(75.506)	-	-	56.292	-
	6.840.537	1.570.390	-	6.690.692	1.536.202	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.570.390 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$1.536.202 no mesmo período de 2016, representando aumento de 2,23% decorrente, principalmente, da receita referente à energia não faturada compensado pelo aumento do preço médio do MWh faturado.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$127.272 no primeiro trimestre de 2017 comparado a R\$94.483 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 34,70%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 9,32% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$220.014 no primeiro trimestre de 2017 comparados a R\$4.300 no mesmo período de 2016, aumento de R\$215.714. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 337,22% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$151,67/MWh em 31 de março de 2017 e R\$34,69/MWh em 31 de março de 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$401.629 no primeiro trimestre de 2017 a R\$359.069 no mesmo período de 2016, apresentando crescimento de 11,85%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.080.526 no primeiro trimestre de 2017 em comparação com R\$983.292 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 9,89%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$734.282 no primeiro trimestre de 2017 comparados a R\$660.318 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 11,20%. Esta variação decorre, principalmente, aumento de 13,00% no preço médio do MWh (R\$165,42 no primeiro trimestre de 2017 e R\$146,39 no mesmo período de 2016) compensado pela redução de 1,92% no volume de energia comprada no primeiro trimestre de 2017 (4.423.976 MWh) comparado ao mesmo período de 2016 (4.510.660 MWh).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$91.345 no primeiro trimestre de 2017, comparados a R\$97.462 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 6,28%. Apesar do reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorrente, principalmente da redução de 6,21% no número de empregados médios nos períodos comparados (1.585 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a 1.690 no primeiro trimestre de 2016).

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 56,34%, R\$2.290 no primeiro trimestre de 2017 em comparação a R\$6.688 no mesmo período de 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram despesa de R\$55.567 no primeiro trimestre de 2017 ao valor de R\$21.839 no mesmo período de 2016, crescimento de 154,44%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, no primeiro trimestre de 2017, de variação de valor justo da opção de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A no valor de R\$46.936 comparado ao valor de R\$9.491 no mesmo período de 2016.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$196.412 no primeiro trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$196.985 no mesmo período de 2016, representando aumento de 0,29%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou um prejuízo de R\$29.588 no período de janeiro a março de 2017 na comparação ao prejuízo de R\$150.174 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente do prejuízo de R\$151.568 verificado em 2016 na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$295.314 no primeiro trimestre de 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$289.869 no mesmo período de 2016 milhões, um crescimento de 1,88%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$14.690 no primeiro trimestre de 2017 comparado a R\$5.313 no mesmo período de 2016;
- Crescimento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$297.328 no primeiro trimestre de 2017 comparados a R\$264.459 no mesmo período de 2016 em função do aumento no custo das novas captações ocorridas durante o ano de 2016;
- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. Em janeiro de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia o que levou ao reconhecimento de despesa financeira no valor de R\$17.816 no primeiro trimestre de 2016;
- Variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$15.338 no primeiro trimestre de 2017 comparados a R\$36.195 no mesmo período de 2016, redução de 57,62% em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 0,96% no 1º trimestre de 2017 na comparação a variação de 2,62% no primeiro trimestre de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$88.229 em relação ao resultado de R\$273.919 antes dos efeitos fiscais, o que corresponde a uma alíquota efetiva de 32,29%.

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$39.024 em relação ao resultado negativo de R\$22.273 antes dos efeitos fiscais, alíquota efetiva de 175,21%.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260